



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1996.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Meilo - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Pomanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Porsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Possoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Doutor Rosinha e Renato Adur (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os números CTL/SEEG/155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164 165 e 166/96, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

558/95: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que autoriza a instalação de uma Delegacia Especializada de Furtos e Roubos no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.440. **Anote-se**

- Arquite-se.

545/96: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que denomina "Rodovia Julmi Canever" o trecho da PR-553, que liga os Municípios de Luiziana e Mamborê, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.441. **Anote-se**
 - Arquite-se.

519/96: De autoria do Deputado Durval Amaral, que denomina Rodovia Francisco Laranjeira Villar, a Rodovia que faz a ligação entre o Município de Colorado à Usina de Taquaruçu, passando pelo Município de Itaguaçu, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.442. **Anote-se** - Arquite-se.

267/95: De autoria do Deputado Miltinho Puppio, que considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede na Cidade de Rio Bom, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.443. **Anote-se** - Arquite-se.

167/96: De autoria do Deputado Luiz Claudio Pomanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Jataiense, com sede e foro na Cidade de Jataizinho - Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.444. **Anote-se** - Arquite-se.

162/96: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a Associação Mosteiro da Ressurreição, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.445. **Anote-se** - Arquite-se.

135/96: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Assembléia de Deus - ASAD, com sede e foro na Cidade de Rio Negro, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.446. **Anote-se** - Arquite-se.

125/96: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.447. **Anote-se** - Arquite-se.

090/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Conselho Paroquial de Leigos da Paróquia Santo Antonio, no Município de Iporã, o qual convertido em lei tomou o n.º 11.448. **Anote-se** - Arquite-se.

064/96: de autoria do Deputado Valdir Possoni, que declara de Utilidade Pública

o Centro Espírita de Umbanda Reino de Oxalá, com sede e foro no Município de Palmas, o qual convertido em lei tomou o n° 11.449. **Anote-se - Arquite-se.**

060/96: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Selo Verde, com o objetivo de identificar produtos e processos desenvolvidos, produzidos, fabricados e/ou comercializados no Estado do Paraná, que não causem danos ao meio ambiente, o qual convertido em lei tomou o n° 11.450. **Anote-se - Arquite-se.**

028/96: De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Intercâmbio Tecnológico Industrial, Financeiro e Comercial - Programa Paraná-Europa - P.P.E., de Londrina, o qual convertido em lei tomou o n° 11.451. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n° 72/96/GP, do Senhor Claudio Nunes do Nascimento, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, aprovado pelo Órgão Especial em Sessão realizada no dia 24 de novembro de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (26.06.96).

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei n° 194/96 seja anexado ao Projeto de Lei n° 153/96, por tratar-se de mesmo assunto (dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento).

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo

187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenha, sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Umuarama pela passagem de seu aniversário a ser comemorado hoje, dia 26 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Plo Branco, 3717 - CEP: 87501-130); aos Vereadores Antonio Franson Neto, David Penido, Genésio Alves da Silva, Geraldo Donatti Gomes, Inácio Pereira Pinto, Ivan José Cardoso Frey, José Evangelista de Albuquerque, José Tadeu Silva, Luiz Nicolette, Marcelo Derenusson Nelli, Marcos Leandro Avila de Lima, Maria Conceição Aparecida da Silva, Mauro Wanderlei Spina, Modcoaldo Agostini, Vilson Ferraz e Wilson Roberto Simões, Osni Santana, Sebastião Calixto Barbosa e Valci Scari (Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá, 4863 - CEP: 87502-000).

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) NELSON GAFFIA

REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Farmácia Draganiporn, que comemora em 1° de julho do corrente o "Jubileu de Porcelana" de sua fundação. Ao longo destas duas décadas sempre foi dispensado um bom atendimento a todos os clientes, propiciando desta forma bons serviços à comunidade do Município de Pinhais.

Nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento são extensivos ao proprietário da Farmácia Draganiporn, o Senhor Mário Katayama e a sua equipe de funcionários que tão eficientemente têm prestado seus serviços no ramo farmacêutico. Deixamos registrado nos Anais desta Casa de Leis esta homenagem através deste voto de louvor, consignando-se reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações, ao DEP/PP, a Secretaria do Estado dos Transportes, ao Corpo Técnico do DEP, aos Diretores do DEP de Ponta Grossa, seus engenheiros e funcionários.

Pela demonstração de competência técnica, na construção da estrada que liga o Município de Imbituva a Trati. Obra essa projetada, construída e entregue pela família do DEP do Paraná aos que dela fizeram uso. Esta estrada foi iniciada no Governo passado, pelo ex-Secretário de Estado dos Transportes e ex-Diretor do DEP do Governo passado. A equipe operacional e técnica do DEP neste Governo, comandada pelo atual Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Schwartz e pelo Diretor-Geral do DEP, Senhor Luiz Alberto Küster, deram continuidade e concluíram as obras desejadas pelos paranaenses e brasileiros que reclamavam aquela ligação.

Pequer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, ao Diretor-Geral do DEP, Senhor Luiz Alberto Küster, ao Corpo Técnico do DEP, aos Diretores do DEP de Ponta Grossa, seus engenheiros e funcionários.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Pairro Taboão, os quais solicitam a instalação de um telefone público na Rua Eugênio Flor, em frente ao nº 1047, onde funciona uma mercearia. Por ser um ponto comercial, é muito movimentado e um telefone público instalado nesse local só benefícios trará a toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores das

proximidades do Pairro Sabará - CIC, os quais solicitam a instalação de um telefone público em frente à Unidade de Saúde Sabará, localizada à Rua T nº 1960.

Muitas pessoas ali residem e frequentam essa Unidade de Saúde e a instalação do telefone beneficiará a todos.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAP solicitando cópia das sindicâncias realizadas por aquela empresa nos escritórios dos Municípios de Quedas do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme informações recebidas por este Parlamento as referidas sindicâncias constatarem irregularidades naqueles escritórios que levaram a demissões e suspensões de gerentes.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 289/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o "Selo Qualidade Ambiental do Paraná" a ser concedido às empresas, instituições ou organizações que desenvolverem atividades que beneficiem a qualidade e preservação ambiental e dos recursos naturais.

Parágrafo Único - As diretrizes do "Selo Qualidade Ambiental do Paraná" deverão ser norteadas, entre outros, pela Série ISO 14000.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 90 (noventa) dias da data de sua promulgação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A preocupação mundial de se preservar o meio ambiente tem crescido a cada momento. Baseado no fato de que muitos recursos naturais que estão ao nosso dispor não são renováveis, é fundamental nos esforçarmos para sustentá-los e utilizá-los de maneira otimizada e consciente, respeitando os limites da natureza, com o intuito de não

prejudicar o futuro das gerações subseqüentes.

Processos e produtos desenvolvidos e utilizados por empresas e pela comunidade em geral têm tido influência no meio ambiente que nos cerca, indo muitas vezes, além dos nossos limites. Cada produto gera um conjunto de efeitos no ambiente, desde a matéria-prima, durante a sua manufatura, distribuição e uso, até o descarte final. Esses efeitos podem ser de curto, médio e longo prazo.

O Selo Ambiental do Paraná será concedido às empresas que atingirem o atendimento a um número mínimo de requisitos, obtidos através da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental. As normas emanadas pela Série ISO 14000, entre outras, deverão nortear os critérios a serem adotados para o estabelecimento dos requisitos necessários à obtenção do "Selo".

O presente projeto de lei visa validar a conformidade da empresa com sua política ambiental declarada e exigir que a empresa demonstre tal conformidade aos outros, além de intencionar ser um instrumento de motivação, eliminação e redução dos impactos ambientais provocados por empresas, entidades e organizações em geral existentes no Estado do Paraná, e também, uma forma efetiva de Educação Ambiental para empresários trabalhadores e à população em geral.

O Estado do Paraná já possui tradição na questão ambiental, tendo servido como exemplo para outros Estados da Federação. Por outro lado, as perspectivas da "International Organization for Standardization (ISO)" tem incentivado a uma busca constante de melhores aspectos qualitativos do meio ambiente, visando uma vida sadia e com qualidade.

A expectativa de que todas as empresas e instituições do Estado do Paraná participem desse processo, comprometendo-se cada vez mais com o mundo em que vivemos, preservando-o e qualificando-o através de uso humano e ecologicamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT, PMDB, PFL, PT, PPB, PSDB, PTR. Liderança do Governo.

(Todos declinam).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferrei-

ra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alcides Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Art. 1º da Resolução nº 937/94, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 74 do imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, ao Senhor Augusto Rodrigues".
COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

P E S O L V E:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Resolução nº 37/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 74, do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, ao Senhor Augusto Rodrigues".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 18/96

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 008/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Augusto Rodrigues o lote nº 74 do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TULIO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Iremos fazer a chamada nominal solicitada pelo ilustre Deputado Algaci Tulio, e a verificação de votação pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede a chamada nominal.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, peço o cancelamento da chamada nominal.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspensa a chamada nominal pelo solicitante.

Verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o item 21, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 20.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 075 do imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, a Renato Buzignani Pogetti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 75 do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, a Renato Buzignani Pogetti.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 37/96

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 027/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Renato Buzignani Pogetti o lote nº 75 do Imóvel Campina dos

Freitas, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXII, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Richa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 96, de 24.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 277/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Richa. Uma iniciativa louvável do autor, que pretende contemplar uma das mais importantes figuras públicas do Estado do Paraná com esta honraria.

Quer como líder estudantil na década de 50/60, quer como cidadão, amigo dos amigos, quer como esposo, pai e avô, quer como político ou administrador, o Doutor José Richa jamais economizou esforços para trabalhar no desenvolvimento social.

A justificativa muito bem fundamentada do autor desta proposição diz tudo com muita clareza a trajetória política daquele honrado homem que se pretende homenagear.

A brava gente paranaense compreende que José Richa, como representante, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Prefeitura Municipal de Londrina ou como Governador do Estado do Paraná, soube sempre interpretar os anseios de progresso, sem levar em conta o seu sossego ou prementes afazeres.

Procedessem assim todos os que se apresentam a favor do voto popular e, por certo, não andaria o povo tão descrente da ação de seus mandatários.

Fazer política, não é aproveitar-se dos cargos, quer para lisonjear vaidades, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio ou de um grupo de amigos, em detrimento do bem-estar coletivo.

O povo sabe, todavia, julgar onde está o que o defende e onde está o que explora com promessas vãs, palavrório despido de sinceridade.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, é requerido daqueles que a ela se entregam qualidades incomuns de coragem e abnegação aliadas a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais.

A José Richa nunca faltaram esses predicados. A eles, acrescentamos ainda o magnífico espírito de desprendimento que exorna seu caráter e a galhardia de atitudes que sempre marcou seus atos. As luzes do seu espírito culto, uniu o calor de seu bondoso coração. Energia e bondade têm sido as grandes qualidades de que deu provas.

Alexandre Magno disse dever mais a Aristóteles seu mestre, do que a Felipe, seu pai; pois, se este lhe dera o pão que nutre o corpo, aquele dera o alimento que nutre o espírito.

Não temos autoridade para fazer a mesma afirmativa, achamos entretanto, que José Richa merece um lugar no coração bem junto do povo paranaense.

Que Deus recompense José Richa pelo muito que tem feito e preza aos céus que sempre nos mostremos dignos de sua amizade.

Pelo exposto, louvamos mais uma vez o autor desta proposição.

O nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIRELLI - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 276/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96, de 24.06.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 276/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede e foro em Londrina.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à matéria, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que estabelece normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que pudesse impedir a normal tramitação do referido projeto.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 275/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação FUNDEPAF, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96, de 24.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 275/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação FUNDEPAR nesta Capital.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à matéria e após verificar a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, manifestamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 274/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadania Honorária do Estado à Senhora Luíza Martos Mursia Fontes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96, de 24.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 274/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo conceder Título de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora Luíza Martos Mursia Fontes.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/96, de autoria do Deputado Picardo Chab, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo

de competência legislativa do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 61, de 15/05/96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 185/96

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 185/96 de autoria do Deputado Picardo Chab objetiva o disciplinamento das multas de mora decorrentes do inadimplemento no seu termo para consumidores, usuários e contribuintes, nas áreas de prestação de serviços públicos, fornecimento de bens, recolhimentos de tributos ou relações de competência legislativa do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou impedimento legal a sua tramitação normal.

Desta forma, este relator vem emitir o parecer favorável à tramitação e a aprovação do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera as divisas dos Municípios de Cafetal do Sul e de Iporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 58, de 13.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 176/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera as divisas dos Municípios de Cafetal do Sul e de Iporã.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 138/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 038/96 que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1997, conforme específica. COM PARECER DA C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL DO C.O.. (Publ. no D.A. n° 40 de 16.04.96).

SUBSTITUTIVO GERAL DA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício de 1997.

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta lei as diretrizes orçamentárias do Estado para o Exercício Financeiro de 1997 compreendendo:

I - as prioridades de Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para elaboração do orçamento do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

CAPÍTULO I

Das Prioridades da
Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual:

I - a consolidação de uma Estrutura básica para o Paraná, ao longo de um anel de integração;

II - o desenvolvimento sustentado do Paraná, através de políticas públicas convergentes nas áreas de meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III - O atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda;

IV - O desenvolvimento de ações integradas entre o governo e a sociedade, de forma a criar altos e crescentes níveis de produtividade e competitividade no Paraná;

V - Disposições relativas às políticas de recursos humanos da Administração Pública Estadual, tais como: treinamento, plano de cargos, carreiras e salários;

VI - Política de aplicação das instituições financeiras oficiais do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão procedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1997, observadas as ações constantes do Anexo desta lei.

CAPÍTULO II

Da Organização das Estruturas
do Orçamento

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminha-

rá a Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

I - legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos Fiscal, próprio da administração indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º incisos I e II da Constituição Estadual;

IV - orçamento de investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º inciso III da Constituição Estadual;

V - programa de obras, compreendendo o detalhamento físico e financeiro das obras previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - Os orçamentos Fiscal e o próprio da Autarquia, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a sua natureza, reestruturada nos moldes da Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

DESPESAS CORRENTES - Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Pública, Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL - Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida Pública, Outras Despesas De Capital.

Art. 6º - O orçamento de investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por Empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática, observada a classificação da natureza da despesa especificada no art. 5º desta lei.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e obra individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos conforme modelo anexo a este projeto de lei.

Art. 8º - O Projeto de Lei que o Poder Executivo deverá encaminhar a Assembléia

Legislativa, deverá demonstrar o gasto com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 1996 e o programado para 1997 com a indicação da representatividade percentual do total em relação a receita líquida, nos termos do artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até 1994, e da Lei Complementar nº 82 de 23 de março de 1995, em 1996 e 1997.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para Elaboração dos Orçamentos do Estado

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 1996 (base de correção relativa a 30 de junho de 1996).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1996.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão utilizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1996, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 10 - Na programação da Despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas unidades executora;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - classificadas como atividade dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das que resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo.

Art. 11 - Não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167 § 3º da Constituição Federal e do art. 135 § 2º da Constituição Estadual.

Art. 12 - O valor orçado das Operações de Crédito no exercício, não poderá exceder ao montante das despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 13 - As receitas de Órgãos, dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e demais Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e bens públicos.

Art. 14 - A Programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais, incluídas no Plano Plurianual.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para sua conclusão.

§ 2º - No anexo de obras, as mesmas serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontram.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1997 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica financeira do Estado, documentada com:

I - demonstração da Dívida Fundada e Flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

II - exposição da receita e despesa, particularmente no tocante ao Orçamento de Capital;

III - demonstrativo das concessões de isenções fiscais;

IV - Demonstrativo da dívida estadual, pagamentos e cancelamentos ocorridos durante o ano de 1995 e saldo atual;

V - demonstrativo dos recursos do Tesouro Estadual a serem transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para custeio de despesas de pessoal e encargos sociais e de manutenção das mesmas.

Art. 16 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1997, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1996;

II - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, e da Lei que vier a regulamentá-lo;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 4% (quatro por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as opera-

ções de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

V - ao orçamento do Ministério Público correspondendo até 3,0% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

VI - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VII - ao pagamento do serviço da Dívida Pública;

VIII - aos empréstimos e as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado do Paraná no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias;

X - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual; e

XI - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

Chefia do Poder Executivo	até 8%
Secret. Estado Ciência e Tec. e Ens. Superior	até 3%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Sec. Est. Planejamento e Coordenação Geral	até 5%
Administração Geral do Estado - SEPL	até 14%
Sec. Est. Comunicação Social	até 1%
Sec. Est. da Administração	até 12%
Sec. Est. da Fazenda	até 6%
Administração Geral do Estado - SEFA	até 6%
Sec. Est. da Cultura	até 3%
Sec. Est. Segurança Pública	até 20%
Sec. Est. da Saúde	até 30%
Sec. Est. Justiça e Cidadania	até 8%
Sec. Est. Agricultura e Abastecimento	até 15%
Sec. Est. Desenvolvimento Urbano	até 5%

Sec. Est. dos Transportes	até 25%
Sec. Est. do Meio Ambiente	até 10%
Sec. Est. do Esporte e Turismo	até 2%
Secretário Especial Política Habitacional	até 12%
Ouvidor Geral do Estado	até 0,5%
Sec. Est. Ind. Comércio Des. Econômico	até 6%
Sec. da Chefia de Gab. do Governador	até 1%
Sec. do Est. do Governo	até 1%
Sec. Est. da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Sec. Est. do Emprego e Rel. do Trabalho	até 4%
Sec. Est. de Obras Públicas	até 1%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados mediante autorização do Poder Legislativo, por ato do Poder Executivo aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

§ 4º - Os recursos alocados no Orçamento do Estado do Paraná, e indicados para a Assembléia Legislativa, serão transferidos para a mesma, em duodécimos, até o dia 20 de cada mês, num percentual de 100% do valor atribuído, e até o dia 10 do mês subsequente, a diferença apurada entre o valor de referência do mês de competência e o do mês imediatamente anterior.

Art. 17 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante de contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 18 - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, para 1997, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor de até

R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais) - a preços de 1º de julho de 1996, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 19 - O Orçamento Fiscal não conterá unidades orçamentárias e programações a cargo para transferência de recursos às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, ficando tais recursos apresentados nos Orçamentos Próprios das respectivas Instituições.

Art. 20 - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente, pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados em até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e Estadual respectivamente.

Art. 22 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de Capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 23 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo Único da Constituição Estadual, mediante prévia autorização legislativa.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 25 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicados na espécie investimento.

Art. 26 - Os montantes das despesas

dos orçamentos de investimentos não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 27 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1997, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Das Outras Disposições

Art. 28 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesas, especificando por projeto e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 8º desta Lei.

Art. 29 - Até 5 dias após a publicação do relatório a que se refere o artigo 165, § 3º da Constituição Federal o Poder Executivo colocará à disposição da Assembleia Legislativa os dados relativos à execução orçamentária do período, por categoria de programação detalhada por fontes de recursos, grupos de despesas quanto a sua natureza mediante acesso amplo, através dos SIAF, COP e outros sistemas de controles da execução do orçamento.

Art. 30 - A Lei Orçamentária indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 31 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

§ 1º - Fica vedado aos Órgãos da Administração Direta e Indireta e Empresas Públicas, onde o Estado seja o acionista

principal, prever e/ou repassar recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações, fundações, ou outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, executados os destinados à manutenção de creches e serviços de saúde.

§ 2º - No caso de Fundos de Pensão e Pecúlio, quando autorizados devidamente, os repasses não poderão ultrapassar em hipótese alguma o mesmo valor pago pelo servidor ou empregado.

Art. 32 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário publicarão no Diário Oficial do Estado, mensalmente, relatórios resumidos da execução orçamentária.

Art. 33 - No exercício de 1997, a título de reposição de pessoal, somente poderão ser admitidos servidores desde que:

I - existam cargos vagos evidenciados pelos demonstrativos a que se refere o artigo anterior;

II - houver vacância dos cargos ocupados constantes dos demonstrativos citados no artigo anterior;

III - houver dotação orçamentária específica para o atendimento da despesa, atestada pela Secretaria de Estado do Planejamento ou setor competente.

Art. 34 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do § 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

III - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

IV - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário a emenda;

V - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 35 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões de Orçamento, 26.06.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Pelator

Apoio: Duílio Genari a Albanor Gomes.

ANEXO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA BÁSICA PARA O ESTADO

Continuidade na implantação de infraestrutura a longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, permitindo rápida circulação da riqueza gerada, da conectividade física dos mercados, do intercâmbio tecnológico e da integração das comunidades, em parceria com a iniciativa privada e o fortalecimento dos eixos regionais de desenvolvimento, a exemplo de:

Ponta Grossa-Castro-Jaguariaíva;
Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá;
Ponta Grossa-União da Vitória;
Londrina-Cornélio Procopio-Jacarezinho;
Londrina-Adacarana-Ivaiporã;
Maringá-Paranavaí;
Maringá-Cianorte-Umuarama-Guaíra;
Cascavel-Toledo-Guaíra;
Cascavel-Foz do Iguaçu;
Cascavel-Candói(Três Pinheiros)-Pato Branco-Francisco Beltrão;
Guarapuava-Pitanga.

Promoção, melhoria e ampliação da infraestrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, em parceria com a iniciativa privada, a exemplo dos projetos como Estradas Rurais, Caminhos da Educação, Manutenção e Conservação do Sistema Rodoviário: Construção de Rodovias, Apoio Rodoviário aos Municípios, Corredores Rodoviários do Paraná, Estadualização de Rodovias Federais + Anel de Integração, FERROESTE, Infra-estrutura Aeroportuária e Modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Implantação de "Portos Secos", dotados de terminais de carga e armazéns alfandegados que facilitarão as operações de importação e exportação nos nós regionais, em parceria com a iniciativa privada.

II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO PARANÁ

Promoção do Plano Estadual de Saneamento Ambiental, estabelecendo medidas preventivas e corretivas que propiciem uma estrutura básica, ambientalmente correta para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Promoção do Plano Estadual de Recursos Hídricos visando identificar e gerenciar o potencial hídrico do Estado como um recurso estratégico para o desenvolvimento do Paraná.

Estabelecer o programa de coleta seletiva e destinação final de resíduos sólidos e de agrotóxicos e ainda estimular o reaproveitamento de produtos não contaminados através da implantação de propostas e oficinas de reciclagem nos locais de

maior concentração destes resíduos.

Estabelecer medidas de controle de processos erosivos e de preservação de fundos de vales, visando a criação de parques e bosques ecológicos, maximizando o potencial ecoturístico do Estado.

Estímulo à implantação de Eixos Regionais de Desenvolvimento com prioridade às regiões economicamente deprimidas, a formação e a consolidação de cadeias produtivas em consonância com a produção e a vocação regional; expansão do programa de desenvolvimento econômico do Estado, potencializando a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local, de forma a aumentar a renda dos produtores rurais e a geração de empregos no campo e a cidade durante os 12 meses do ano; implantação da Universidade do Campo.

Promoção da melhoria de vida dos paranaenses através do combate a pobreza no meio rural, o manejo e conservação dos recursos naturais, a capacitação e profissionalização, a organização e o fortalecimento institucional e mecanismos de apoio sócio-econômico ao trabalhador rural.

Continuidade na implantação de Vilas Rurais para a fixação de famílias de trabalhadores rurais volantes, fornecimento de condições de moradias, educação, saúde, infraestrutura de água e energia.

Estímulo a novos mecanismos de comercialização de produtos agropecuários, promovendo a melhoria na comercialização e fomento às atividades econômicas no âmbito do Estado, através da participação da iniciativa privada como agentes de desenvolvimento.

Apoio ao fomento de novas tecnologias com vistas ao desenvolvimento da agropecuária, em especial a cafeicultura e diversificação nas pequenas propriedades rurais.

Intensificação de ações que fortaleçam o Paraná como centro de excelência na agricultura, através de estímulo a pesquisa e extensão rural, consolidando o conceito de Estado como comunidade competitiva.

Implantação de incubadoras Tecnológicas voltadas ao fortalecimento da agroindustrialização do Paraná.

Difusão do Fórum das Américas, na região formada por Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra bem como o incentivo a atividade de pesquisa, comércio regional e exposições nacionais e internacionais.

Consolidação do Centro Regional de Negócios, distribuído ao longo das cidades que compõem o eixo Londrina-Maringá.

Início da implantação do Programa Costa-Oeste nas regiões limdeiras do Lago de ITaipui.

Promoção do desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica e seus remanescentes, garantindo a base ecológica da economia regional e o bem-estar social, mediante a conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

Continuidade da conservação e recomposição de Fundos de Vales e Matas Ciliares.

Apoio às atividades de melhoria das condições habitacionais e de apoio à auto sustentabilidade das comunidades indígenas.

Início da recuperação da cobertura vegetal do Estado através de programas de preservação das reservas e de programas de reflorestamento destinados à conservação dos recursos e à exploração comercial de forma racional.

Início da integração do complexo Vila Velha/Quartelá, dotando-o de infra-estrutura necessária.

Criação de Parque Estadual das Araucárias de forma a preservar a biodiversidade e ecossistemas Floresta das Araucárias.

Continuidade ao programa de Educação Ambiental, com o objetivo de proporcionar à comunidade instrumentos para melhoria da qualidade de vida do Estado, a exemplo dos projetos "Lixo que não é lixo" "Câmbio Verde" "Coleta e Destinação Final de Resíduos Hospitalares, Agrícolas e Industriais".

Melhoria da infra-estrutura no litoral paranaense, visando dar suporte ao atendimento a turistas e veranistas, promovendo a economia local e, em especial, dos pontos marcantes da região.

Promoção e estímulo ao desenvolvimento econômico do triângulo formado por Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, com início da implantação do Pólo Continental, através da formação de Distritos Industriais consorciados em parceria com Municípios.

Promoção de ações na Região Metropolitana de Curitiba tais como, a preservação e recuperação de áreas verdes através de Parques Regionais em Fundos de Vales, estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento, saneamento ambiental, estruturação física da Região Metropolitana de Curitiba, integração e ampliação do sistema de transporte coletivo metropolitano.

Intensificação das ações do Centro de Design do Paraná.

Apoio ao Investimento Produtivo operacionalizado por mecanismos fiscais, objetivando o fomento à implantação, expansão e à reativação de estabelecimentos industriais, bem como a modernização tecnológica e o incremento do emprego no Paraná.

Criação de Núcleos Regionais de Fomento, junto a agências do PANESTADO, visando à identificação de oportunidades geradoras de emprego, a exemplo de projetos como o

Quartel de Foz do Iguaçu, Centro Internacional de Negócios, Trade Point, Escritório Regional do Itamaraty.

Promoção de ações sinérgicas à maior integração do Paraná ao MERCOSUL dinamizando em seu âmbito as relações econômicas, culturais, e tecnológicas de modo a consolidar a inserção do Paraná no continente e a ressaltar suas vantagens competitivas, a exemplo do Fórum das Américas do Portal Adaneiro em Foz do Iguaçu e da Universidade das Américas.

Promoção de Desenvolvimento do Trabalhador do Paraná, implantando Centros de Apoio ao Trabalhador Rural Volante, Programas de Apoio à Comercialização, Cooperativas de Trabalho em Municípios, Programas de Geração de Emprego e Renda, Galpões da Produção, elaboração de estudos e pesquisas em conjunto com o PROGEF, fomento à organização de micro produtores em associações e cursos de capacitação gerencial.

Continuidade à pesquisa do trabalho rural volante, com a intensificação do programa de capacitação de entidades sindicais; implantação do programa de formação política dos trabalhadores e a promoção de programas que visem à melhoria nas Relações de Trabalho do Paraná; intermediação de mão-de-obra e intensificação da formação profissional do trabalhador paranaense.

Implantação das ações relativas ao Programa Paraná Mineral visando a valorização da produção mineral, identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimento e intensificação do suporte aos planos de uso e ocupação de solos de municípios.

Promoção do desenvolvimento urbano no Paraná, implantando ações que visem à melhoria de qualidade de vida da população nas áreas urbanas de forma orientada quanto ao crescimento ordenado e sustentado.

Expansão do programa de desenvolvimento de cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local e do desenvolvimento sustentado, a exemplo de projetos como o de implantações e Barracões Industriais.

Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento social e econômico, a exemplo de Projetos da Rede Araucária do Paraná, incubadora de Alta Tecnologia, Centros de Biotecnologia, Consolidação do Laboratório de Informática do TECPAR, Produção de Vacina Tríplice, Implantação de Exploratório na Casa da Ciência, Telemática Interativa, Qualidade do Ensino Superior do Paraná.

Estímulo à atividade de turismo no Estado através de projetos como Turismo Ecológico, Histórico e Rústico, Conscientiza-

ção e Iniciação Escolar para o Turismo, Municipalização do Turismo, Eco-Verão, dentre outros.

III DESENVOLVIMENTO HUMANO

Continuidade à descentralização hierarquizada do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado, integrado a uma proposta global com vistas à vigilância à saúde, regionalização e gestão de serviços e ações de saúde pelos municípios, participação da sociedade, informação, comunicação social e recursos humanos.

Pecuperação, planificação e otimização da capacidade instalada de serviços na área de saúde.

Incremento das ações de suporte nas áreas terapêuticas, de apoio diagnóstico e de desenvolvimento institucional.

Ampliação da assistência ambulatorial básica e especializada, assistência hospitalar local e referenciada e assistência farmacêutica.

Continuidade à implantação de Centrais de marcação de consultas especializadas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial, de Linhas de Saúde Intermunicipal e Intramunicipal, da Rede integrada de Hemocentros, Hemonúcleos e Agências Transfusionais, da Produção de Imunobiológicos e Insumos para Laboratórios, e de Projetos Ligados a Saúde da Criança, do Trabalhador, Saúde Mental, Saúde Bucal e do Combate a Epidemias e Endemias.

Expansão do Sistema Integrado de Assistência ao Trauma e Emergência - SIAT e a criação da Central Estadual de Transplantes.

Intensificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde e da Rede de Hospitais Comunitários do Paraná.

Descentralização gradativa do sistema educacional, com a participação da comunidade, com maior autonomia e agilidade às escolas.

Continuidade ao programa de Qualidade de Ensino de 1º e 2º graus com:

- implantação de programas culturais, de incentivo a criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos;

- recuperação e otimização de uso dos equipamentos da educação;

- implantação de programas de treinamentos e atualização em serviço para os profissionais da educação, voltados às realidades regionais;

- expansão do projeto "Vale Saber" aos professores que desenvolverem e aprimorem seus conhecimentos;

- intensificação da Universidade do Professor.

Acompanhamento e apreciação do Desem-

penho do Sistema Educacional através dos projetos, Educação Rumo Certo, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação do Desempenho de Docentes e da Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, entre outros.

Agilização de mecanismos operacionais, com a intensificação do "Panco Escolar".

Expansão e diversificação de oportunidades educacionais incluindo a implementação do "Vale Ensinar", a consolidação do ciclo básico de alfabetização, o fortalecimento das Escolas de Campo, o acompanhamento do Plano Decenal de Educação, a criação de curso de magistério para professores leigos, entre outras.

Incentivo a criação de cursos profissionalizantes e universitários voltados às demandas de cada região.

Incentivo à consolidação de Universidades vinculadas às vocações regionais com participação da comunidade para a sua viabilização técnica, econômica, financeira e científica.

Continuidade à descentralização do Sistema Penitenciário do Estado, através da construção de complexos penitenciários, além de programas de educação e capacitação à cidadania, a exemplo do projeto "Penitenciárias-Industriais".

Continuidade aos programas na área de Segurança Pública, fortalecendo a polícia ambiental, o batalhão de patrulheiros rural e a interação com segmentos da Polícia Federal para fiscalização de fronteiras; extensão do policiamento ostensivo para combate a violência urbana; implantação de módulos policiais nas cidades-polo com a participação da comunidade; Investimentos para o Corpo de Bombeiros; modernização do DETRAN.

Expansão de programas que desenvolvam política social com ações de caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos do acesso aos serviços essenciais.

Promoção da convivência familiar da criança e do adolescente, intensificando projetos como PIA, Creche, Formando Cidadão, PIA no Esporte, PIA Ambiental, PIA acrescido da especificidade que caracteriza a comunidade indígena - Da Rua Para Escola, Apoio a Entidades de Atendimento à Família e Registro Civil.

Implantação de Programas de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente, através da interiorização dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor infrator, da implantação de unidades de atendimento regionalizadas de semi-liberdade, da ampliação de atendimento em Liberdade Assistida e do Projeto de Casas-Lares.

Expansão de Programas de Atenção ao Idoso, através de Projetos de Revitalização de Asilos (Moradas do Sol), Casa-Lar, Condomínio da 3ª Idade, Centro de Convi-

vência e Produção (Clube dos Idosos), entre outros.

Expansão de Programas de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, a serem implementados através de projetos como "Perfil da Pessoa Portadora de Deficiência", Sistema de Atenção Continuada", e "Sistemas de Informações Gerais de Apoio".

Ampliação do Desenvolvimento Comunitário, através de programas de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Trabalhador Rural, ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário, ao Assentamento Rural, ao Desenvolvimento Comunitário nas Vilas Rurais, ao Centro de Apoio ao Trabalhador volante.

Estímulo ao fomento de organizações comunitárias através da Capacitação de Lideranças Comunitárias e Centros de convivência da Família.

Implantação da Central de Produção de Alimentos, em parceria com o PROVOPAP Estadual, Prefeituras Municipais e ONG's.

Fomento às atividades produtivas através de Projetos de Estímulo ao Ofício como Linha/Estação de Ofício, Plá no Ofício e Estação da Produção.

Incentivo e Valorização do Artesanato Paranaense.

Continuidade as atividades de esporte e lazer fundamentais à uma melhor qualidade de vida do cidadão, respeitando as características regionais e municipais na busca da transformação do seu cotidiano, a exemplo de Projetos como Vila Olímpica, Parceria Esportiva, memória Esportiva, Paraná Olímpico, Integração das Pessoas Deficientes, Esporte Universitário, entre outros.

Continuidade à política cultural através do fortalecimento da memória e da identidade paranaense; recuperação e preservação do litoral, das edificações e sítios históricos; incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná; o acesso às informações culturais à comunidade.

Intensificar Projetos como Canal da Música, Trilha da Cultura, Revitalização do Centro Histórico de Antonina, correio da Memória, Canal Paraná, Centro de Estudos de Música de Londrina, Grandes Festivais, Produções em Artes Cênicas e Musicais, Museu Paranaense, Fênias Paranaenses, Cinema Paraná, Literatura e Editoração, Livros de Arte, Memória e Patrimônio, Reequipamento dos Museus, Centro de Petauro e Caminhos do Paraná, entre outros.

Concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional de uma significativa parcela da população possibilitando a implementação de estratégias para assegurar a casa própria, material de construção e lotes urbanizados, e no meio rural o assentamento dos trabalha-

dores volantes a exemplo de projetos como "Habitação Urbana", "Habitação Rural" e "Casas do Ofício".

IV EFETIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Descentralização administrativa, levando às cidades-pólo infra-estrutura pública, de modo a dar respostas mais ágeis às demandas da sociedade proporcionando sinergia entre os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, entendendo a qualidade na gestão pública como indutora do processo de transformação.

Promoção de maior interação entre as esferas governamentais de forma a aproximar os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público nos âmbitos municipal e federal, promoção de ações que aproximem o cidadão e o Estado.

Promoção de ações indutoras e facilitadoras do processo de gestão através de conceitos e enfoques diferenciados do sistema hierárquico e burocrático atual, via fomento de parcerias de tecnologia e de gerência; participação de universidades e escolas-técnicas como centros de pesquisa pura e aplicada em cada região.

Expansão do programa de modernização da administração do Estado com o uso racional e intensivo do programa da informação.

Intensificação de ações de representação do cidadão junto ao Governo, através da Ouvidoria Geral.

Descentralização e desburocratização dos serviços da Junta-Comercial do Paraná PROCON e IPEN, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

Expansão dos programas de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como o fortalecimento da descentralização técnico-administrativa das unidades do Estado.

Intensificação e reforço à área de arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado a exemplo de projetos como: Operação Outono, Porta a Porta, Desemquadramento de Microempresas, Operação Integração, Cidadão Nota 10.

Consolidação de mecanismos de incentivos às atividades econômicas através de uma política orientada nas áreas creditícia e tributária.

Continuidade à política de desenvolvimento humano do servidor público estadual como co-participante da gestão, com vistas à profissionalização, dignificação e valorização de tal forma a dar um salto de qualidade nos serviços prestados pelo Estado, de maneira compartilhada.

ANEXO AO PROGRAMA DE OBRAS

Instruções: O anexo do Programa de Obras será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade e por Região ou Município, dependendo do nível de agregação da obra. Na coluna do "Código" aparecerá o código Projeto/Atividade e o número sequencial da obra, ou seja de 001 a 9999 para cada P/A. Na coluna de "Especificação" aparecerá o nome do Projeto/Atividade, seguido da região ou município e da descrição das respectivas obras, juntamente com as unidades de medida (km, m, etc). Na coluna "Quantidade" será apresentada a quantificação da unidade especificada. Na coluna "Fontes" será especificada a origem dos recursos a serem dispendidos com a obra, indicando a Fonte do "00" a "92". Se a obra tiver recursos de mais de uma fonte, deverá aparecer uma linha para cada fonte. Na coluna "Valor" será apresentada a quantidade de recursos por fonte para cada obra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 138/96

P A P E R:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 038/96, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1997.

Fundamentação

Ao analisar a referida mensagem, constatamos que a mesma obedece os ditames constitucionais, artigos 133 a 138 da Constituição Estadual e foi encaminhada a este Poder Legislativo, para ser devidamente apreciada, em conformidade com os mesmos dispositivos.

Conclusão

Assim sendo, nada encontramos que obste a tramitação normal e regimental da matéria nesta Casa de Leis e somos pelo parecer favorável ao Projeto de Lei n° 138/96.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 138/96

P A R E C E P:

Em cumprimento ao que estabelece o artigo 134 da Constituição Estadual, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná encaminhou a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1997. Referido projeto de lei foi remetido a Comissão de Orçamento, nos termos do que preceitua e estabelece o artigo 134, § 1º da Constituição Estadual.

Indicado, na forma regimental, como relator do mencionado projeto de lei, submeto a elevada consideração dos ilustres membros desta Comissão relatório e parecer, no qual concluo pela apresentação de substitutivo ao qual foram incorporadas algumas das emendas apresentadas. Com relação às emendas desacatadas incorporamos ao parecer justificativa da rejeição.

É certo que a Lei de Diretrizes Orga-

mentárias é o instrumento legal mais relevante no que pertine a matéria orçamentária, tendo sido indubitavelmente a inovação mais significativa, no que diz respeito ao orçamento público, introduzida pela Constituição de 1988, é também o instrumento de maior amplitude que a Constituição de 1988 colocou a disposição do Poder Legislativo para que este com maior eficácia exercesse a sua principal função que é a de fiscalização do orçamento público.

É certo também que, lamentavelmente, as últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias têm sido genéricas ao extremo, encerrando por desatender a disposição constitucional que determina, contenham elas as metas e prioridades da administração pública estadual. Basta um rápido passar de olhos sobre os anexos de "metas programáticas" com que têm sido instruídas as LDOs dos últimos exercícios para perceber quão distantes se acham da determinação constitucional.

Isso conduz à ilação de que precisamos reverter o quadro de absoluto irrealismo em que se insere o processo de orçamentação pública.

É imperioso também que se fixem procedimentos para que se viabilize uma efetiva fiscalização da execução orçamentária e financeira.

E foi com vistas a tais circunstâncias, bem como a assegurar o mais amplo exercício das prerrogativas conferidas aos Parlamentares pelo Texto Constitucional, quanto à apreciação da matéria orçamentária, que elaboramos o nosso substitutivo acatando algumas emendas e desacolhendo outras.

Faz-se necessário ressaltar a louvável preocupação dos nobres Parlamentares que apresentaram emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, no sentido de garantir o bom emprego do capital destinado ao pagamento de pessoal, bem como a necessidade da existência de um quadro de cargos, carreiras e salários. Tal preocupação se fez presente em grande número das emendas apresentadas, o que demonstra a permanente vigília dos Deputados Estaduais relativamente às condições que permeiam a atividade do funcionário público.

Foram apresentadas 41 emendas, apreciadas com diligência e objetividade no sentido de delas captar todos os dados que permitissem o aperfeiçoamento do projeto. Destas emendas, 22 foram aprovadas e acatadas e, 19 foram rejeitadas na íntegra ou parcialmente. Quanto às emendas rejeitadas passamos a apresentar a justificativa do seu desacatamento:

A Emenda nº 1 foi rejeitada pois trata-se de matéria que implica em elevação de gastos públicos, logo, o Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social

pode ser criado através de lei ordinária, que certamente é um mecanismo mais apropriado para o atingimento desta finalidade. Desde logo, pela sua própria natureza, deixa de ser matéria pertinente a LDO.

A Emenda nº 2 foi rejeitada pois, não obstante o louvável interesse do legislador em preservar um mínimo 6% dos recursos para a Saúde Pública do Estado, a expressão "mínimo" apresentar-se-ia conflitante com todo o disposto no § 1º que versa sobre os recursos remanescentes. Nada impede, no entanto, que o Poder Executivo invista até 30% de seus recursos na área da saúde como está expressamente contido no § 1º do art. 15 do projeto de lei em análise, em razão do acolhimento da emenda da Bancada Petista.

Por outro lado nada impede que o Estado invista percentual superior ao mínimo proposto, considerando-se que o percentual remanescente investido em 1996 na SESA foi de 9,27% e ao acolhermos a Emenda nº 20, de autorizados nobres Deputados, que eleva o percentual de 15% para 30% estamos contemplando o legítimo interesse da ilustre Bancada Petista de fazer com que o Estado invista recursos na área da saúde.

A Emenda nº 5 foi na quase totalidade acatada; tendo sido no item 4 suprimido o termo "dívida ativa" por nos parecer que o único intuito dos nobres Parlamentares é o de controlar a dívida interna e externa do Estado, e não a dívida ativa que é matéria exclusivamente tributária. Necessário faz-se esclarecer que a dívida ativa tributária corresponde ao crédito tributário regularmente inscrito na Procuradoria da Fazenda, proveniente de cobrança administrativa, na qual houve inadimplemento por parte do devedor do crédito tributário, após o exaurimento do respectivo processo fiscal. A dívida ativa é portanto formada pelo conjunto de créditos líquidos e certos de que é titular a Fazenda do Estado, que não foram pagos pelos contribuintes no tempo e na forma legalmente estabelecidas.

A Emenda nº 07 foi rejeitada, assim como a Emenda nº 29 pois, ambas versam a mesma matéria, fixando condições a serem satisfeitas pelos Poderes Executivo e Judiciário, além do Ministério Público, que são em realidade inviáveis.

A Emenda nº 11 foi rejeitada não obstante a nobre intenção do ilustre Líder da Bancada do PMDB ao procurar assegurar moradias urbanas e rurais aos trabalhadores fixados nestas áreas. No entanto, a rejeição se fez necessária pois ao analisarmos o item 3 - Desenvolvimento Urbano - no anexo das Ações Programáticas, detectamos que em seu último item já se encontra contemplado o conteúdo da emenda proposta.

A Emenda nº 12 foi igualmente rejeita-

da pois a proposta da LDO apresentada pelo Poder Executivo traz no "Anexo", em sua totalidade, ações voltadas para o Estado do Paraná como um todo, não fracionando, direcionando ou privilegiando regiões. Nos parece que o desenvolvimento para as Regiões Centro-Sul e Sul, nos termos do que pretende o ilustre Deputado, está fartamente contemplado em toda a proposta, em especial o atendimento a pequenos aproveitamento dos recursos naturais, além de apoio profissionalizante e sócio-econômico ao trabalhador rural. Em outro ponto friza a fixação de famílias ao campo através das Vilas Rurais com toda a infra-estrutura necessária. Salienta ainda a necessidade de apoio a comercialização dos produtos agropecuários. Feitera por outro turno a intenção de transformar o Paraná em um centro de excelência da agricultura brasileira através de estímulo a pesquisa e extensão. Para concluir, ressaltamos que acolhemos uma emenda que prioriza a diversificação da agricultura em nosso Estado.

Por estas razões é mister destacar que a pretensão do insigne Deputado já se encontra contemplada.

A Emenda nº 13 foi rejeitada pois não se pretende com a LDO a regionalização das ações do Governo. A proposta do nobre Deputado, de uma forma mais abrangente já está contemplada no item 1 - Definição e Consolidação de uma Estrutura Básica para o Estado.

A Emenda nº 14 foi parcialmente acolhida por ter sido inserida no artigo 2º da proposta. O item 5 foi integralmente aproveitado e o item 6, por se traduzir em prioridade conferida aos funcionários públicos do Estado, sendo semelhante no que pertine aos seus fins à Emenda nº 3, com ela se fundiu.

E Emenda nº 15 foi rejeitada não obstante a preocupação do ilustre Deputado com a criação do Colégio Estadual Domingos Forte a ser instalado no Município de União da Vitória. No entanto necessário faz-se esclarecer que a medida deve ser concretizada através de lei ordinária. Não se trata de matéria pertinente a LDO. É ainda incompatível com a matéria a ser versada no referido projeto de lei, a consignação de obras específicas em municípios individualizadamente indicados. O objetivo precípua da LDO é apresentar uma diretriz geral que oriente o Poder Executivo na elaboração do Orçamento Estadual.

A Emenda nº 18 foi parcialmente acatada, pois nos pareceu que o percentual de 14% é muito vultuoso, entretanto se fixarmos tal percentual em apenas 2%, é extrema de dúvidas que o Estado se verá impedido de honrar os compromissos assumidos quanto ao recolhimento do PASFP sob coordenação da A.G.E. - a cargo da SFA.

No que tange a Emenda nº 22, foi ela rejeitada por reduzir sobremaneira o percentual da Chefia do Poder Executivo. A proposta de redução de 8% para 4% do percentual da Chefia do Poder Executivo implica na redução de transferências para a COPEL e a SANEPAR, ou até a sua aniquilação, o que certamente causaria intransponíveis transtornos a estas empresas.

A Emenda nº 23 foi rejeitada, não obstante apesar da legítima iniciativa do Deputado que a apresentou. O fato é que não se trata de matéria pertinente a LDO, pois visa esta contemplar exclusivamente ações de caráter geral a serem desenvolvidas no Estado do Paraná, razão pela qual é viável a apresentação da mencionada emenda à proposta de Lei Orçamentária, desde que atendidos os requisitos fixados nas normas que versam a matéria orçamentária.

É necessário consignar, que o item 3 - Desenvolvimento Sustentado do Paraná - de maneira genérica já contempla a continuidade da conservação e recomposição de fundos de vale e matas ciliares.

Quanto a Emenda nº 24, foi rejeitada pois nas Ações Programáticas já encontramos a fixação de metas para as instituições de ensino superior.

A Emenda nº 25 foi rejeitada pois a pretensão dos ilustres Deputados alberga matéria não pertinente a LDO. Melhor seria que o Poder Executivo, se for este o seu entendimento, baixasse ato administrativo específico disciplinando a matéria.

A Emenda nº 28 foi rejeitada diante da circunstância de que esse dispositivo certamente acarretaria transtornos, prejudicando sobremaneira as escolas especiais como as APAEs, que passariam a depender de lei específica para recebimento de recursos.

Quanto a Emenda nº 32 foi parcialmente contemplada, assumindo no entanto uma forma mais abrangente nos termos da Emenda nº 27.

Com relação à Emenda nº 34, foi ela rejeitada, haja vista que dita previsão já se encontra contemplada no projeto de lei. Por outro lado, a matéria há de ser previamente regulamentada através de lei complementar.

A Emenda nº 35, foi rejeitada pois pretende o nobre Parlamentar a supressão do art. 20, que trata da imposição de limite à despesa fixado em 65%, com gastos a serem realizados com pessoal. Feitera o nobre Parlamentar que a proposta é pleonástica e desnecessária. Entretanto, tendo-se em consideração que o montante dispendido com pessoal atualmente é de aproximadamente 82% da Receita do Estado, compreendendo o pessoal ativo e inativo, faz-se necessária a imposição de limites quanto a esta despesa. Assim entende este

relator, ser apropriada a manutenção deste dispositivo, que deve ter a conotação de uma lembrança que se faz à sociedade e ao Estado quanto aos vultuosos gastos com funcionalismo público, diante da inexistência de um plano de cargos/carreiras e salários, que venha ao encontro dos interesses da sociedade bem como dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Quanto à Emenda n° 37, foi rejeitada pois inviabilizaria a atividade do Poder Público no exercício da execução orçamentária.

A Emenda n° 38 foi rejeitada pois não obstante parecer que a supressão do artigo aumenta e fortalece as prerrogativas do Poder Legislativo, a manutenção do artigo tal qual consta do projeto de lei faz-se necessária como alerta e lembrança aos nobres Deputados, que ao elaborarem suas emendas necessariamente atender ao que está nela disposto sob pena de incorreção das mesmas.

A Emenda n° 39 foi rejeitada, apesar de julgarmos de excelente técnica a proposta do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Ao reduzir os percentuais destinados a cada Secretaria está o legislador determinando um melhor planejamento prévio por parte do Estado. Entretanto, este Relator, entendeu por bem rejeitar dita emenda, diante da circunstância de ter acatado outras tantas que elevaram os percentuais, e o fez, pois, a princípio, os percentuais estabelecidos no projeto de lei fixam um limite máximo e não um limite mínimo. Não obstante ter acolhido as propostas que ampliavam os percentuais, fica aqui consignado o alerta ao Poder Executivo de que para os próximos exercícios seja encaminhadas propostas com limites percentuais mais próximos da realidade.

A Emenda n° 40 foi rejeitada pois, com ela, pretende o ilustre Deputado Joel Coimbra, fiscal dos interesses da sociedade, implantar através da LDO um quadro de carreira nas instituições de ensino superior. Não se discute aqui a necessidade premente de tal providência até para salvaguardar os superiores interesses que a sociedade tem na defesa do ensino público.

Apesar de não se tratar de matéria pertinente a LDO, merece ser objeto de lei específica.

A Emenda n° 41 foi rejeitada, pois julgamos conveniente manter os percentuais originariamente consignados no projeto de lei, no que diz respeito aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o referente ao Ministério Público, não obstante não seja ele um Poder a integrar a estrutura do Estado.

Ante o exposto, com fundamento nos elementos apresentados, somos pela aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orça-

mentárias para 1997, na forma do substitutivo apresentado.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Em votação o Substitutivo Geral, neste projeto.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, permaneçam como estão.
Aprovado.

Conseqüentemente incorporado no bojo do projeto se aprovamos em 2ª Discussão.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 057/96 que aprova a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural FIRD-DEP. COM PARECEPES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O Sr. Toti Colaço - Registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registrado o voto contrário do Ilustre Deputado Toti Colaço.

Pela ordem a palavra, Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Queria que Vossa Excelência, registrasse, porque posteriormente, nos próximos dias trarei um fato extremamente grave sobre essa suplementação orçamentária. Queria que esta Casa registrasse o meu voto contrário e a minha preocupação sobre a destinação desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado o que o ilustre Deputado fala.

Pela ordem concedo a palavra ao ilustre Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Com relação a esse cancelamento, quero dizer que fiz uma avaliação dos recursos que vão ser administrados lá em adequações de estradas e digo que estou satisfeito com a região, porque os Prefeitos, essa semana que passou e hoje, eles estão assinando adequações de estradas na região. E o saldo é positivo em relação a região e fiquei satisfeito mesmo com a questão do, Toti, ter se devotado ao contrário pela região.

Então, acho, que vou votar favorável a

esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Aprovado o projeto com ressalva feita pelo ilustre Deputado, Luiz Claudio Romanelli.

ITEM 11

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 250/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/96 que aprova Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo, por artigo.**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 054/96 que aprova a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI N° 248/96

Inclua-se onde couber:

Art... O Poder Executivo encaminhará Plano de Aplicação para ser aprovado pela Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

Encerrada a discussão.

Encaminhada à C.C.J., de acordo com o nosso Regimento Interno.

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC Para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária. COM PARECER FAVORÁVEL DA

C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/96, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Tancredo Neves, com sede e foro em Guaira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APROFILAB, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 179/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, com sede e foro em Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 022/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Pirai do Sul - ADEPI, com sede e foro no Município de Pirai do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 509/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional de Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 484/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Padre Roberto Ceconello. Com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 057/95, de autoria dos Deputados Péricles de Holleben Mello e outros, que altera a Lei n° 10.981 de 27.12.94, que assegura ao servidor público estadual, eleito Dirigente Sindical, ainda que na condição de Suplente, os direitos inerentes ao cargo,

conforme específica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 057/95
EMENDA DE PLENÁRIO

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Péricles de Holleben Mello e outros, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.981 de 27.12.94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo, conforme específica.

Uma vez ido ao Plenário, o projeto recebeu uma emenda e retornou a esta Comissão para que a mesma seja analisada, e, assim sendo, sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Walmor Trentini, Emerson Nerone, Pasílio Zarusso, José Tavares, Antonio Belinati, 1 ilegível.

Aprovado, artigo por artigo.

Conseqüentemente incorporado no bojo do projeto.

Concedemos a palavra, Pela Ordem, ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -
No Projeto nº 057 traz aqui com parecer contrário da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Já foi apreciado na 1ª Discussão de forma inversa. Nós estamos em 2ª Discussão, ilustre Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -
Muito obrigado pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 338/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que dispõe sobre a padronização de cores dos ônibus escolares no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada; conseqüentemente o projeto irá à Redação Final, incorporada a emenda aprovada nesta oportunidade.

Sobre a mesa, Requerimento nº 494, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Anunciamos, em nome do Presidente Joel Coimbra que logo após a sessão teremos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a todos os seus membros e suplentes que se encontram no Plenário de nossa Casa. Bem como amanhã, uma Sessão Solene Extraordinária, de autoria do ilustre Deputado Carlos Simões, um dos nossos candidatos a Prefeitura de Curitiba, irá fazer com que seja entregue o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Vitor J. Gamborgi. E peço a presença dos Senhores Deputados.

Esta Presidência com base no artigo 192 do Regimento Interno abre prazo por três dias, a contar do dia do corrente mês para oferecimento de emendas com apoioamento constitucional e regimental a Proposta de Emenda da Constituição do Estado do Paraná conforme segue: "Proposição nº 034/95 de autoria do Deputado Irineu Colombo e outros, acresce ao capítulo do artigo da Constituição do Estado, princípio da economicidade." Os Senhores Deputados estão alertados desta propositura.

Requerimento nº 492, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 496, 497 e 498, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 499, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 500, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, às dez horas, com a seguinte

138, 176, 185, 274, 275, 276 e 277/96, e dos Projetos de Resolução n°s 006 e 007/96.

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 057/96.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

Marca ainda, uma Sessão Solene para amanhã, dia 27, às quinze horas, para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Vilson José de Castro Gamborgi.

Levanta-se a sessão.